

mosteiro

MOSTEIRO DE SÃO PEDRO DE CÊTE





## 1. O Mosteiro na Época Medieval

159

Situado na freguesia de Cête (Paredes), o Mosteiro de São Pedro mostra bem como a escolha de um lugar para construir uma igreja ou um mosteiro, na Idade Média, nunca era arbitrária. No meio de boas terras agrícolas, o mosteiro que hoje vemos é um excelente testemunho da importância e da força da tradição como elemento decisivo na escolha do local para o seu estabelecimento.

Raramente uma igreja era reconstruída em local diferente da anterior, já que a primeira santificara o local onde fora implantada. A sacralização de um espaço é sempre muito resistente. Para o entendimento desta ancoragem simbólica importa referir que, desde a época paleo-cristã, o edifício de uma igreja está associado às práticas cemiteriais e que a paróquia do Entre-Douro-e-Minho, estruturada entre os séculos XI e XIII, corresponde a uma comunidade de vivos e de mortos. Este fenómeno ajuda a esclarecer por que razão é tão frequente que a origem de um mosteiro seja muito mais antiga do que a construção que hoje apresenta, como sucede no caso de São Pedro de Cête.



1. A implantação do Mosteiro de São Pedro de Cête no meio de boas terras agrícolas mostra, ainda hoje, quanto a escolha de um local para o estabelecimento de uma comunidade monástica se relacionava com as suas potencialidades económicas.

Nos séculos X e XI, época da Reconquista e da reorganização do território, a presença de uma igreja era o melhor signo de que o território estava organizado e povoado. Era, nesse tempo, o melhor testemunho de posse e ocupação cristã de uma terra e uma garantia física, religiosa e psíquica para os habitantes da sua região<sup>1</sup>.

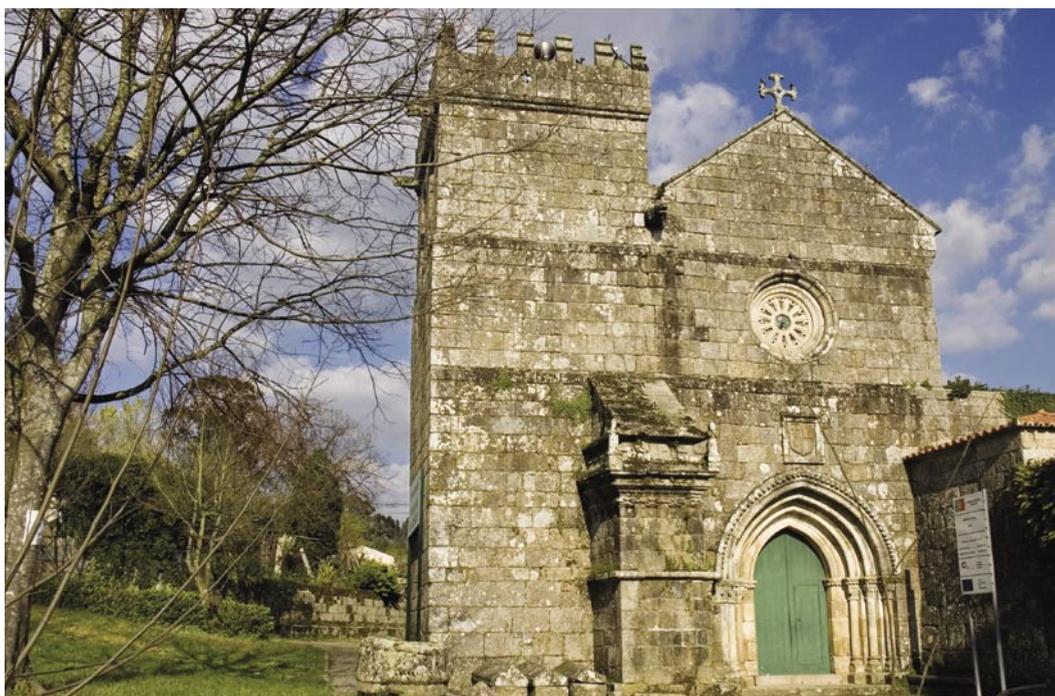
Com origem no século X, o Mosteiro de Cête é um rico testemunho da sacralização do território paroquial e de quanto uma primeira construção determinou a permanência do lugar de origem, apesar das reformas construtivas de que a sua igreja foi sendo alvo ao longo da Idade Média.

A fundação do Mosteiro de São Pedro de Cête é atribuída, pela tradição, a D. Gonçalo Oveques, tumulado na capela situada ao nível térreo da torre da fachada principal. Em 924, a documentação comprova já a sua existência, referindo em 985 uma basílica dedicada a São Pedro, altura em que o mosteiro se encontrava sob a protecção da família de Leoderigo Gondendes. Os seus descendentes aliaram-se, por casamentos, aos senhores de Moreira, tendo um deles, Guterre Mendes, sido sepultado no Mosteiro de Cête<sup>2</sup>, como comprova a epígrafe de uma tampa sepulcral que será oportunamente referida. Os senhores de Moreira, que alcançaram importantes cargos políticos, detinham ainda o direito de padroado sobre o mosteiro de Moreira da Maia, de Rio Tinto e de Refojos de Leça<sup>3</sup>.

Esta ligação entre os mosteiros e as mais importantes famílias da aristocracia era habitual nos séculos XI e XII. A família detinha o direito de padroado sobre a casa monástica. Facto que significava, por um lado, a doação de bens fundiários necessários à vida da comunidade monástica e assegurava, por outro, que



2. Portal ocidental. Datados da Época Gótica, os capitéis deste portal são um excelente testemunho da longa aceitação dos padrões românicos na arquitectura medieval do Vale do Sousa.



3. Na época da Reconquista a presença de uma igreja era uma garantia física, religiosa e psíquica para os habitantes da sua região.

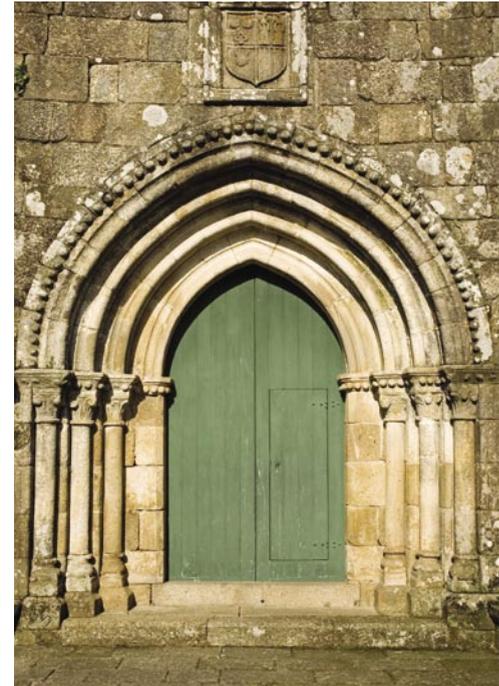
1 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – «Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização». In *Nova Renascença*. Vol. 1, nº 2, 1981, p. 206.

2 MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2002 (edição original em língua francesa de 1966), p. 120.

3 IDEM, *ibidem*, pp. 74-75.



4. Capela funerária que abriga o túmulo de D. Gonçalo Oveques, a quem a tradição atribui a fundação do Mosteiro. O arranjo da capela e o túmulo correspondem a uma reforma da época manuelina.



5. Embora a fundação do Mosteiro remonte ao séc. X, a construção que actualmente apresenta é da Época Gótica.

os monges fossem obrigados a facultar aos membros da família os direitos de *aposentadoria* e de *comedoria*, bem como o direito de se fazerem tumular no mosteiro, o que implicava a realização de cerimónias por intenção dos patronos<sup>4</sup>.

Ao patrono cabia ainda proteger o mosteiro defendendo-o de qualquer violência ou abuso. No século XI os ataques muçulmanos, normandos ou mesmo entre senhores rivais eram frequentes<sup>5</sup>. Aliás, nesta época de grande instabilidade muitos mosteiros possuíam um recinto defensivo, que lhes estava associado, como no caso do Mosteiro de São Pedro de Cête, que dispunha do castelo de Vandoma<sup>6</sup>.

Segundo José Mattoso, a fundação atribuída a Gonçalo Oveques deverá ser interpretada como uma *reconstrução*, uma vez que aquela personagem viveu nos finais do século XI. Os seus filhos Mendo, Soeiro, Martinho e Diogo eram os patronos de Cête entre 1121 e 1128<sup>7</sup>, quando o mosteiro recebeu carta de Couto de D. Teresa. No âmbito desta nova fundação, o Mosteiro aderiu à Regra de São Bento e aos costumes cluniceses tal como muitos outros exemplares de comunidades monásticas do Entre-Douro-e-Minho.

No entanto, a igreja, tal como hoje se apresenta, não corresponde a épocas tão recuadas. A sua construção é já da Época Gótica como testemunham o arranjo da fachada, a relação entre o comprimento e



6. A reforma da Época Gótica, referida na inscrição funerária do Abade Estevão Anes (1323), é patente na relação entre o comprimento e a largura da igreja, bem como na altura do pé-direito do arco triunfal.

4 MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002 (edição original em língua francesa de 1966), p. 62.

5 IDEM, *ibidem*, p. 65.

6 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – «Castelos Medievais do Noroeste de Portugal». *Finis Terrae – Estudos em Lembrança do Prof. Dr. Alberto Bailil*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1992, pp. 383-384.

7 MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002 (edição original em língua francesa de 1966), p. 120.

a largura da igreja, a relação entre o pé-direito da cabeceira e da nave e a escultura dos capitéis e dos cachorros que apresenta.

Esta campanha de obras da Época Gótica, que pode ser datada entre os finais do século XIII e o primeiro quartel do século XIV, está bem documentada na inscrição funerária do Abade D. Estevão Anes, que se encontra embutida na face interna da parede norte da capela-mor, junto do seu sarcófago. Esta inscrição informa que o Abade D. Estevão Anes, que morreu em 23 de Julho de 1323, reformou totalmente a construção da igreja.

X° : KaLendaS : AUGUSTI : ERA : M : CCC / LXI : OBiit : VIR :  
HONESTISSIMus : / ABBAS : DONNus : STEPHANus : lo(hannis) : /  
Q(u)I : HANC : ECCLesiAM : TOTAM : De : / NOVO OPerE :  
RENOVAVIT : CUIus : / AnImA : IN : PACE : REQ(u)IESCAT : AMem

Segundo Mário Barroca, autor da correcta leitura desta inscrição<sup>8</sup>, a lápide funerária, executada em calcário, resulta de uma encomenda feita na zona de Coimbra onde as pedreiras peri-urbanas de Ançã, Outil e Portunhos forneciam calcário de boa qualidade originando o estabelecimento de *ateliers* de lapidistas e escultores, de suma importância na produção da escultura gótica portuguesa, tanto no que diz respeito à escultura funerária, como no que concerne às esculturas retabular e de vulto.

O Abade D. Estevão Anes encontra-se documentado à frente do Mosteiro de São Pedro de Cête desde 1278. Teria falecido em 1323, como refere o seu epitáfio. Trata-se de um importante registo, já que permite alicerçar a datação gótica do templo, que vários elementos da sua arquitectura e da sua escultura muito bem patenteiam.

O interior da igreja corresponde realmente a uma espacialidade própria da Época Gótica. Da construção mais antiga foram reaproveitadas as primeiras fiadas da nave e, provavelmente, o portal sul que dá acesso ao claustro. Na campanha de obras dos séculos XIII-XIV foi erguida de novo a capela-mor, a nave foi aumentada em altura e em comprimento tendo sido a fachada principal totalmente remodelada. Nas paredes da igreja há uma boa quantidade de siglas, quase todas geométricas.

Apesar da reforma da Época Gótica e tal como acontece frequentemente na história da arquitectura medieval portuguesa, esta igreja é, como escreveu C. A. Ferreira de Almeida, um belo testemunho da aceitação dos padrões românicos e de quanto eles se ligaram a concepções religiosas. Segundo o mesmo autor, se o portal lateral norte deve ser considerado como gótico, já o portal principal retoma aspectos do românico epigonal. Por tudo isto, a igreja de São Pedro de Cête é um monumento-chave para o estabelecimento de datações do românico tardio da região<sup>9</sup>.

A cabeceira apresenta um alçado próprio da arquitectura românica, uma vez que são utilizadas arcadas-cegas para ritmar e animar a parede. Já os cachorros de proa que seguram a cornija, no exterior, são claramente da Época Gótica, como também o é a relação de altura entre a nave e a cabeceira. Apesar das frestas estreitas reforçarem o carácter fechado dos muros, aspecto que habitualmente reportamos à arquitectura românica, é de assinalar que a arquitectura gótica portuguesa tem muitos exemplares, tanto na arquitectura monástica como na paroquial, que apresentam muros semelhantes aos de São Pedro de Cête.



7. Capitel do arco triunfal.



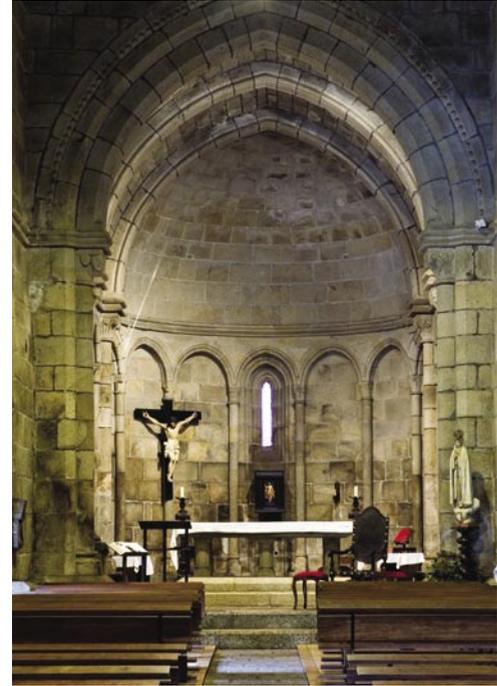
8. O interior da igreja corresponde a uma espacialidade própria da Época Gótica. Da construção anterior foram aproveitadas as primeiras fiadas dos muros da nave.

8 BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. *Corpus Epigráfico Medieval Português*. Vol. II, Tomo I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, pp. 1477-1482.

9 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – «O Românico». In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 92.



9. Capitéis do portal ocidental.



10. A cabeceira mostra arcadas-cegas que animam a superfície muraria. Esta solução, própria da arquitectura românica, é também utilizada na Época Gótica.



11. A cabeceira da igreja é rematada por cachorros de proa, que sustentam a cornija.

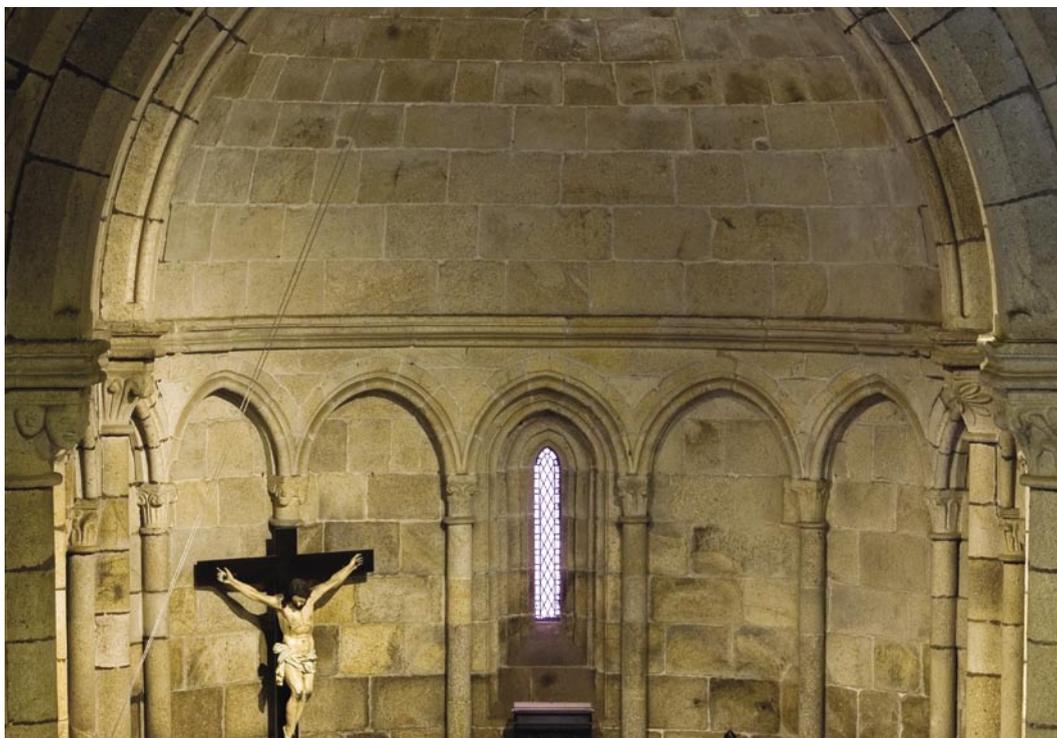
Pedro Dias já notou que um dos mais curiosos fenómenos do gótico português é o da persistência de um figurino muito ligado ao estilo românico, que se manteve durante os séculos XIII, XIV e XV<sup>10</sup>, sobretudo em exemplares do Norte de Portugal e das Beiras, como testemunham as igrejas da Misericórdia de Alfaiates (Pinhel), da Trindade (Pinhel), Barrô (Resende), Mileu (Guarda), a matriz de Vouzela, e a fachada de São Tiago de Antas (Famalicão), entre muitas outras.

Não é só a persistência do modelo românico que explica este fenómeno, mas também a estreita noção de estilo que perdura na historiografia da arte. Um estilo tem formas muito variadas de responder às solicitações da sua época. Em Portugal, como em grande parte dos reinos hispânicos, o gótico de matriz francesa, que nasce em meados do século XII na região da Île-de-France e que largamente se expande nos dois séculos seguintes, poucas vezes se consubstanciou na arquitectura religiosa. Os amplos espaços, diáfanos e comunicantes, a abertura de grandes vãos que permitiram não só uma muito maior entrada de luz, mas também a ênfase do espaço sacro com vitrais coloridos e as desmesuradas alturas das catedrais francesas, apesar de tanto identificarem o estilo gótico, são uma das suas expressões. Mas há outras. O gótico português está mais ligado a soluções do gótico meridional que privilegia as massas murais, impondo-se pelo aspecto maciço dos muros, principalmente no que diz respeito ao corpo da igreja.

De facto, um estilo não é só caracterizável pelas formas, mas também pela relação entre as partes do edifício, pelo uso que se faz do espaço construído, pela maneira de o embelezar e simbolizar e, como foi acima referido, pelas várias formas de responder às solicitações da sua época.



12. As frestas estreitas, que reforçam o carácter fechado dos muros, conferem ao Mosteiro de São Pedro de Cête um aspecto românico.



13. Cabeceira. Arcadas-cegas do interior.

10 DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 151-152.



14. A torre, que abriga a capela funerária de D. Gonçalo Oveques, e cujo arranjo data da época manuelina, além da função de torre sineira, tem uma função simbólica porque consagra uma senhoria.



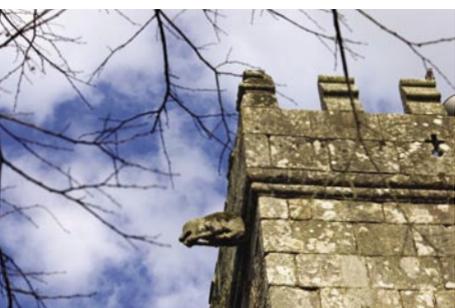
15. Gárgula da torre.

A torre de São Pedro de Cête, que abriga a capela funerária de D. Gonçalo Oveques, além da função de torre sineira, tem um sentido simbólico que importa realçar.

Desde a época pré-românica que as torres ladeiam as fachadas de Sés, igrejas monásticas ou paroquiais, tendo um valor simbólico e prático uma vez que são sinal de poder, prestígio e segurança e porque servem para a colocação de sinos cujo toque é de multiplicada importância na vida das comunidades. Na Época Gótica, por outro lado, por causa das crises que teve e das muitas lutas entre príncipes e nobres, adquirem um perfil de arquitectura militar. Em Abade de Neiva e Manhente (Barcelos), em Travanca e em Freixo de Baixo (Amarante) foram construídas torres góticas isentas, ao lado das igrejas.

No mosteiro beneditino de São Martinho de Manhente a torre é já dos finais da Idade Média. Verdadeira torre senhorial própria para habitar, simboliza a senhoria que pertencia ao mosteiro<sup>11</sup>.

Em São Pedro de Cête, a torre, incorporada na fachada, não é com certeza, como no caso de Manhente, uma torre própria para habitar. No entanto, ela também consagra uma senhoria porque o abade de um mosteiro é, como se sabe, habitualmente um nobre. O seu aspecto robusto e defensivo tem pois, uma motivação essencialmente simbólica.



16. Coroamento da torre e gárgula.

Na época medieval um complexo monástico era constituído por um conjunto de edifícios, cuja implantação é amplamente determinada pelo espaço ocupado pela estrutura da igreja. Habitualmente orientada de forma canónica, isto é, situando-se a cabeceira a oriente e a fachada principal a ocidente,

11 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – «O Românico». In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 32.

a igreja ordena a distribuição dos aposentos claustrais, destinados a várias funções. Esta organização é certamente muito variada, dependendo da Ordem religiosa que ocupa o mosteiro, da topografia do terreno onde está construído o conjunto e das características rurais ou urbanas do local escolhido para a sua construção.

Uma comunidade monástica ou conventual, regular ou secular, necessita sempre de estruturas destinadas à vida em comum como a sala do capítulo, o claustro, o dormitório, o refeitório, as cozinhas e a enfermaria, bem como de espaços e construções reservados ao cuidado dos mortos, como os cemitérios e outras estruturas de tumulação, de aposentos próprios para o albergue de peregrinos ou o acolhimento de doentes, quando para tal é vocacionada, e de uma série de estruturas adjectivas fundamentais para a administração da exploração agrícola que lhe pertence, como os celeiros, as adegas, e as estrebarias. Por norma, o claustro e as outras dependências encostam-se à fachada sul, por ser a banda do sol, mais quente. Mas há várias excepções que se explicam por razões históricas, topográficas, ou de disponibilidade do terreno adjacente à igreja. Na Sé de Braga, no mosteiro beneditino de São Salvador de Ganfei (Valença) e no mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, para citarmos apenas alguns exemplos, o claustro e aposentos do cabido ou da comunidade monástica estão construídos a norte.

Certamente que nem todas as comunidades religiosas ocupam complexos tão variados, englobando todas as construções acima referidas. Também é verdade que frequentemente estas comunidades são pequenas, sendo por isso reduzida a dimensão do núcleo construído, não obstante a especialização dos seus espaços. No entanto a igreja monástica e/ou conventual é sempre o elemento de um conjunto de estruturas arquitectónicas e não um edifício isolado como hoje tão frequentemente se nos apresenta.

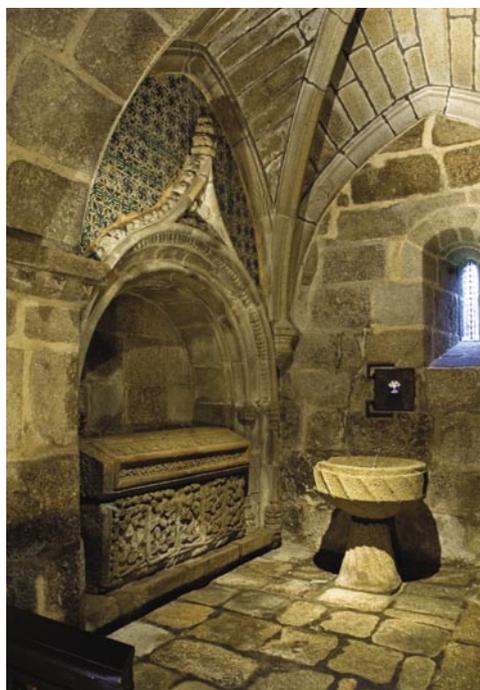


17. Claustro.

166



18. Por norma, embora haja muitas excepções, o claustro e os outros aposentos monásticos eram construídos a sul da igreja, por ser a zona mais quente, voltada ao sol.



19. Capela funerária que abriga o túmulo de D. Gonçalo Oveques, enquadrado em arcossólio de recorte manuelino.

20. Claustro construído na época manuelina. Ao fundo pode ver-se a entrada da Sala do Capítulo.



Os grandes mosteiros de Santa Maria de Alcobaça, de Santa Maria da Vitória (Batalha) ou o Convento de Cristo em Tomar constituem exceções no que diz respeito à conservação dos seus aposentos conventuais, muito embora em nenhum destes casos se mantenham todas as estruturas da época medieval. Já as igrejas góticas de São Francisco do Porto, Santa Clara de Santarém, São João de Alporão (Santarém), Santa Maria dos Olivais (Tomar), ou as igrejas românicas de São Martinho de Cedofeita (Porto), São Cristovão de Rio Mau (Vila do Conde) e São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), para referir apenas alguns exemplos mais celebrados, mostram quanto o seu aspecto original foi alterado pelo desaparecimento das construções destinadas à vida em comunidade.

Em São Pedro de Cête, o claustro e a Sala do Capitulo – hoje propriedade particular – construídos a sul da igreja, testemunham algumas dessas parcelas que faziam parte dos conjuntos monásticos, embora correspondam a uma reforma já da época manuelina.

Na mesma época a igreja recebeu outras reformas, presentes no contraforte da fachada principal, que reforça a torre e, internamente, no arranjo da abóbada da capela funerária e do arcossólio. Enquadrado por arco conopial, o arcossólio alberga a arca tumular de D. Gonçalo Oveques, decorada com motivos vegetalistas. O mesmo enquadra-se numa tipologia frequente, no arranjo destes espaços funerários, própria da segunda metade do século XV e do primeiro quartel do século XVI. O interior da capela foi ainda nobilitado por painéis de azulejos policromados.

A partir dos finais do século XV e dos inícios do século XVI torna-se recorrente em Portugal o uso do revestimento azulejar, como forma de qualificação artística do espaço arquitectónico. A durabilidade desse material, aliada à forte carga decorativa que transmite aos locais onde é aplicado, explica a generalização desse gosto que se detecta primeiro no seio de uma clientela com bons recursos económicos. São inúmeros os edifícios civis ou religiosos que foram renovados e decorados, nesta época, com azulejos. O Palácio de Sintra ou a Sé de Coimbra são dois exemplos de edifícios maiores onde se utilizou o azulejo do século XVI. Paralelamente e seguindo a tendência da época, igrejas paroquiais e mosteiros utilizam o azulejo como revestimento parietal de espaços nobres.

Desde a Idade Média, e aliado à tradição mourisca, que Sevilha (Espanha) se impõe tanto na manufatura de azulejos, como num centro exportador. A solução era simples: produzir em série de pequenas placas de barro, com a face pintada com desenhos geometrizantes e fitomórficos. O uso repetitivo dessa fórmula, a do modelo, quando aplicada em grandes extensões de muros, permite uma leitura de forte efeito decorativo, concorrendo para uma nova dinâmica do espaço. Este tipo de azulejo, que segue várias técnicas de execução, é conhecido como hispano-mourisco.

A capela de D. Gonçalo Oveques conserva, como foi referido, bons testemunhos de azulejo hispano-mourisco. Sendo o seu arranjo arquitectónico de finais do século XV ou do início do século XVI, podemos datar o revestimento azulejar da mesma época. O conjunto é composto por silhares de padronagem diferenciada (fitomórfica, geometrizante e laçarias) num cromatismo que recai no azul, verde e castanho, aplicado sobre fundo branco, cobrindo diversas partes da capela. Esses painéis são delimitados por cercaduras com desenho geométrico simplificado.



21. Arca funerária de D. Gonçalo Oveques.



22. Capela funerária de D. Gonçalo Oveques. Azulejo hispano-árabe (séc. XV-XVI).

## 1. 1. Escultura funerária

O túmulo do Abade Estevão, com estátua jacente, foi executado em granito. Trata-se, segundo a opinião de Mário Barroca, de uma produção local a que as características do granito, rocha de difícil tratamento, bem como a pouca habilidade do autor, imprimiram um carácter estático<sup>12</sup>.

O abade tem a cabeça mitrada apoiada em duas almofadas, trajando vestes de eclesiástico, de pregas rectas muito convencionais no seu tratamento plástico e segurando o báculo com a mão direita. O rosto corresponde a uma representação dura e estereotipada, muito distante do que já então se praticava em Portugal<sup>13</sup>, tanto na zona centro, que aproveitava várias qualidades de calcário, desde Coimbra a Lisboa, como em Évora onde o mármore fornece material de resultados bem mais aprimorados.

Este jacente é um testemunho de quanto o arcaísmo pode aparentar uma antiguidade a que a peça claramente não corresponde. Se estilisticamente esta escultura está próxima de soluções românicas, a datação e a tipologia do túmulo asseguram a sua produção na Época Gótica.

## 1. 2. Outras Epígrafes

No claustro do mosteiro encontra-se uma epígrafe, gravada na tampa do sarcófago, que corresponde a uma inscrição funerária datada de 22 de Abril de 1067, onde se lê:

+ IN ERA T<sup>ra</sup> C<sup>ra</sup> V X KaLendas MAIU RO [Sic] / QUE(Sci)T (?) (in)  
PATE (?) [...] MENEN(dus)<sup>14</sup>

Na mesma tampa existe uma outra inscrição funerária, relativa a D. Guterre Mendes, datada de 1117:

ERA M C 2 V OBBIT / FaMuLUS DEI GOTIER (r)E MENEN[dus]<sup>15</sup>

Segundo Mário Barroca, a primeira inscrição poderá corresponder a um parente de Guterre Mendes. Este último, a quem se refere a segunda epígrafe, era filho de D. Mendo Dias e D. Guntinha Guterres e está documentado desde 1072. Casou com Onega Gonçalves, da poderosa família dos senhores de Moreira, como acima foi referido, e era detentor de um vasto património fundiário na região do Douro Litoral. Reaproveitou o túmulo de um elemento da sua linhagem, provavelmente com a intenção de reforçar a legitimidade dos seus direitos patrimoniais sobre o Mosteiro de Cête<sup>16</sup>.

12 BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português*. Vol. II, Tomo II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, pp. 1481-1482.

13 IDEM, *ibidem*, p. 1482.

14 BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português*. Vol. II, Tomo I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, pp. 98-99.

15 IDEM, *ibidem*, pp.159-161.

16 IDEM, *ibidem*, p. 159.

### 1. 3. Pintura mural

No interior da nave da igreja, no lado norte, e dentro de um arcossólio, resta um vestígio de uma pintura mural que representa *São Sebastião* cravejado de setas. Deverá datar do segundo quartel do século XVI. Esta pintura, apesar do seu estado residual, merece ser referida no quadro das devoções dos finais da Idade Média e da primeira metade de Quinhentos. Luís Urbano Afonso, no levantamento que efectuou da pintura mural portuguesa das épocas acima referidas, constata que o santo mais representado é precisamente *São Sebastião* o que corresponde, aliás, ao grande número de esculturas de vulto deste santo, do mesmo período, que chegaram aos nossos dias<sup>17</sup>.

*São Sebastião*, cujo martírio terá ocorrido em 288, era considerado o terceiro padroeiro de Roma e é, sem dúvida, um dos santos mais populares em Portugal, assim como por toda a Europa, durante a Idade Média. Esta grande popularidade deve-se, essencialmente, ao poder anti-pestífero que lhe era atribuído, embora não esteja totalmente esclarecida a origem desta sua qualidade. De qualquer forma ter-se-á firmado a crença de que, tal como as flechas disparadas pelos algozes não foram capazes de matar *Sebastião*, também a peste e outras doenças vistas como flechas que vindas do exterior entravam no corpo, não seriam capazes de penetrar no corpo de cada um.

A protecção do santo, numa época de tantas e endémicas epidemias, a evocação e a devoção que lhe eram prestadas, eram vistas como uma eficaz protecção contra as doenças. Esta protecção e valor profilático estenderam-se às doenças que atacavam as culturas agrícolas. É curioso verificar que, já no século XIX, *São Sebastião* irá ser evocado como protector das videiras contra a filoxera, a *peste* da vinha, mostrando quanto o seu poder anti-pestífero estava bem arraigado na crença. [LR]



23. *São Sebastião*. Pintura mural. 2.º quartel do séc. XVI. A grande popularidade de *São Sebastião*, um dos santos mais cultuados em toda a Europa Medieval, deve-se ao seu poder anti-pestífero.

## 2. A Igreja na Época Moderna

Em 1551 o Mosteiro deixa de pertencer à Ordem de São Bento, tendo sido anexado ao Colégio da Graça dos Ermitas de Santo Agostinho, em Coimbra<sup>18</sup>.

No século XVIII, as *Memórias Paroquiais* do ano de 1758 esclarecem que o Mosteiro de São Pedro havia sido demolido restando apenas a igreja, com a função paroquial e instalações suficientes para alojar dois religiosos.

Acerca da organização interna da igreja monástica justifica-se a leitura documental:

*«O orago da freguezia he S. Pedro Apostolo, cuja imagem de pedra muito antiga está posta em nicho na capella mor da parte do Evangelho, e da parte da Epístola em outro nicho esta a imagem do grande Doutor da Igreja Santo Agostinho. Na tribuna do altar mor esta huma imagem de Santo Cristo Crucificado de sinco para seis palmos de alto. Tem dois altares colaterais, hum da parte do Evangelho com*



24. *São Sebastião* (pormenor).

17 AFONSO, Luís Urbano de Oliveira – *A Pintura Mural Portuguesa entre o Gótico Internacional e o Fim do Renascimento: Formas, Significados, Funções*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006.

18 MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2002 (edição original em língua francesa de 1966), p. 18.

*huma imagem de Nossa Senhora da Graça, de pedra de cinco para seis palmos de alto, e da parte da Epístola tem o altar do Santo Lenho, cuja relíquia insigne esta guardada em hum sacrário e consta ser dada esta insigne relíquia pella Sereníssima Rainha D. Mafalda de glorioza memoria, mulher do Senhor D. Afonso Henriques. Está esta insigne relíquia metida em huma cruz de prata liza com seus vidros por donde se deixa ver a sagrada relíquia quando se expõem ao culto dos fieis todos as primeiras sextas-feiras de cada mez e dia da invocação de Santa Cruz a trez de Maio, em que obra prodígios em energúmenos e enfermos. Tem outro altar a entrada da porta principal da igreja em huma capela da parte do Evangelho com a imagem de S. Nicolão Tolentino, de pedra muito antiga, de três palmos de alto. Nesta capela que esta fora da nave da igreja, tem defronte do altar, debaixo de hum arco de pedra, hum caixão de pedra, lavrado todo de folhagem levantada».*

A existência da Relíquia do Santo Lenho na igreja de São Pedro justificava a romagem que anualmente se realizava a três de Maio, dia da invocação de Santa Cruz. Pelos grandes milagres que se operavam pela veneração da relíquia, a velha igreja monástica era um lugar onde «acode huma grande multidão de gente»<sup>19</sup>.

171

### 3. Restauro e conservação

#### 3. 1. O restauro do século XIX

Entre os anos de 1881 e 1882, a igreja do Mosteiro de São Pedro de Cête foi alvo de obras de restauro, que mostram bem o seu estado deplorável àquela época, devendo-se a iniciativa à Junta de Paróquia e ao seu presidente, o Pároco Joaquim Moutinho dos Santos. Segundo refere o pároco, a infiltração das águas pluviais atingia a igreja e a torre, ameaçando a ruína do edifício, o que conduziu à reparação dos telhados. O altar-mor foi igualmente reparado e as camadas de cal, que revestiam toda a cabeceira, foram então removidas.

Segundo a descrição do pároco: «Foram restituídas ao altar-mór e sua tribuna, todas as peças que lhe faltavam, inclusivé douramento e pintura, ficando uma obra perfeita como é, feita pelo gosto manuelino. Foi limpa toda a capella-mór, com suas arcadas de pedra, em que se apoiava a magnífica abobada e cornijas com figuras symbolicas, sem symetria alguma, segundo o gosto da epocha. Foi igualmente descoberto o seu arco cruzeiro e sua cupula com seu oculo redondo de pedra, obra singular, e que parece que as proprias pedras se sujeitaram ao capricho do artista que as fabricou; poi até o caixilho da vidraça que resguarda o ar e dá luz á igreja é feito da propria pedra. Todo o pavimento de pedra foi reformado, além de todas as outras obras.

As sobras foram applicadas a descobrir a magestosa obra da capella de S. Nicolau, erecta nos baixos da torre, que se eleva em quatro arcos, fechando n'uma cupula e que sustentam sua aboboda. Faltava o

<sup>19</sup> IAN – Memórias Paroquiais. <http://ttonline.antt.pt/acesso htm>.

*fecho d'esses arcos, mas a obra estava tão firme como se o tivesse. Descobriu-se também o sumptuoso tumulo de D. Gonçalo Veques, collocado a meia parede da torre e resguardado por um arco de pedra primorosamente fabricado»<sup>20</sup>.*

Foi feita a opção de transcrever as obras desta igreja, apesar da desajustada identificação estilística que demonstra. A igreja é considerada pelo autor do texto, Luís Barbosa Leão Coelho Ferraz, como uma obra de arte de grande mérito. O registo das obras então efectuadas demonstra não só a estima pela sua antiguidade mas, e principalmente, quanto o aspecto, aparentemente incólume deste monumento, é fruto de uma longa cadeia de transformações, restauros, abandonos e descobertas que fazem desta igreja (e de quase todas) um edifício em constante mutação.

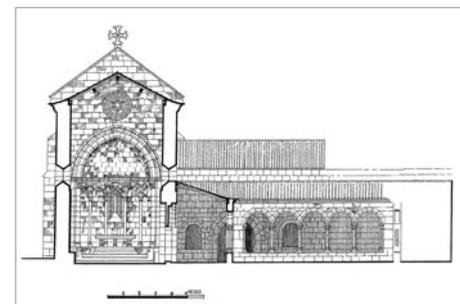
### 3. 2. O restauro do século XX

A acentuada valorização deste mosteiro, no âmbito da História e da historiografia da arquitectura medieval, conduziu à realização de obras de restauro iniciadas na década de 30 do século XX, no quadro institucional da DGEMN, que conferiram ao conjunto monástico o aspecto que actualmente apresenta.

As obras tiveram início com a demolição de todos os elementos arquitectónicos que ocultavam a edificação primitiva. A saber: demolição da sacristia e arrecadações que encobriam parte da fachada norte, obra da Época Moderna; remoção das escadarias em pedra que, ao longo da fachada norte, davam acesso ao primeiro andar do referido edifício; destruição de um dos pavimentos da torre; reabertura da primitiva porta da fachada norte e conseqüente restauro; arranjo dos túmulos medievais que se encontravam debaixo da escadaria e sua recolocação no claustro; demolição do andar construído, para habitação sobre a sala do capítulo.

No interior da igreja as obras constaram de remoções e reconstituições. Nomeadamente, a remoção do púlpito e dos quatro altares que obstruíam a nave; a reconstituição dos colunelos, das molduras e de duas frestas da capela-mor com base no modelo da única fresta que se considerou intacta; a diminuição e reconstrução do espaço do coro alto, com o aproveitamento do primitivo acesso da torre; a consolidação dos respectivos muros; restauro do contraforte da fachada norte da torre e o coroamento da mesma.

Conforme já escreveu Miguel Tomé<sup>21</sup> as intervenções da DGEMN em monumentos medievais, efectuadas nas décadas de 30 e 40 do século XX, têm sido mal interpretadas e entendidas como uma aplicação generalizada de critérios de restauro. Embora sejam reconhecíveis alguns factores que terão contribuído para uma relativa unidade metodológica dos restauros, como a centralização das decisões e a longevidade da acção de alguns técnicos, incluindo o seu primeiro director geral, o Eng.<sup>o</sup> Gomes da Silva, a estigmatização dos objectos da Época Moderna não corresponde a uma prática generalizada<sup>22</sup>. Em São Pedro de Cête, a demolição da sacristia e o apeamento dos altares, fundamentou-se no facto de estes elementos, mais recentes, esconderem outros, de superior valorização, como a fachada norte e o interior

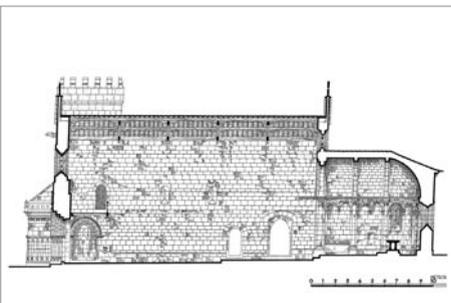


25. Mosteiro de São Pedro de Cête.  
Corte transversal.

20 FERRAZ, Luís Barbosa Leão Coelho – *Antiguidades, rendimentos, padroados, privilegios e prerrogativas do tão antigo como nobre mosteiro de Cête*. Porto, 1895, pp. 16-18.

21 TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002, p. 29.

22 IDEM, *ibidem*, p. 39.



26. Mosteiro de São Pedro de Cête.  
Corte longitudinal.

da cabeceira, parcelas da construção medieval que eram merecedoras da sua valorização. É de registar que as paredes da sacristia mostravam uma qualidade inferior quando comparadas com os muros medievais, de muito melhor construção. É de sublinhar também que o altar-mor ocultava o alçado da cabeceira, bem ritmado por arcadas-cegas. Mais do que uma unidade estilística, o restauro desta igreja, procurou realçar a estrutura arquitectónica de índole predominantemente medieval.

Na década de 90 do século XX, quando o edifício da igreja e o claustro passaram a estar sob a tutela do IPCC, e depois do IPPAR, foram realizadas obras de conservação, arranjo das coberturas, consolidação e limpeza de toda a estrutura arquitectónica.

Paralelamente às obras de recuperação do mosteiro, a área agrícola tem vindo a ser alterada com novas construções de apoio às práticas agrícolas, verificando-se, no entanto, uma progressiva inserção na paisagem rural de novos modelos habitacionais descaracterizadores, quer pela sua volumetria, quer pelos materiais e técnicas construtivas aplicados na sua edificação. [LR / MB]

## Cronologia

Séc. X – Fundação original;

Séc. XI (finais) – Segunda fundação;

1º quartel do Séc. XII – Adopção da Regra S. Bento;

Finais do Séc. XIII/Inícios do Séc. XIV – Reedificação da igreja;

Séc. XVI – Construção ou reconstrução da capela do fundador;

1881/1882 – Obras de restauro, devendo-se a iniciativa à Junta de Paróquia;

1936 – Início da campanha de restauro sob a orientação da DGEMN;

1948/1953 – Diversos trabalhos;

1966 – Obras de conservação;

1967 – Conservação geral e drenagem do claustro; instalação eléctrica;

1972 – Reparação dos prejuízos causados por um temporal;

1976 – Beneficiação dos telhados;

1980 – Reparação do beirado da igreja que confina com a sacristia e o claustro;

1982 – Reparação e conservação do corpo adossado à sacristia;

Anos 90 – A igreja de São Pedro de Cête passa a ser da tutela do IPPAR.